

IDENTIDADE CRISTÃ NICENA EM CONSTRUÇÃO E A PROPOSTA DE VIRGINDADE DE AGOSTINHO DE HIPONA (SÉC. V) UMA ANÁLISE DE “DOS BENS DO MATRIMÔNIO”

Data de submissão: 22/01/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Ângela Pereira Borges

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bolsista FAPEMIG sob orientação da Professora Doutora Helena Amália Papa.

O conceito de identidade está constantemente sendo discutido, no âmbito da teoria social e cultural. O termo passa por redefinições e nos remete à relação entre indivíduo e coletivo. A identidade está constituída por sentimentos, consciências, representações sociais e símbolos. Entendemos que esta é relacional e forma-se a partir do diferente, pois a identidade depende do outro para existir, ou seja, de algo fora dela, de uma outra identidade, que ela não é. Entretanto, que forneça as condições para que ela exista, a diferença é um produto derivado da identidade. Sendo que diferentes significados são construídos por diferentes sistemas simbólicos, mas que podem ser contestados, com isso, levam-nos a refletir sobre o poder da representação e

em como alguns significados são melhor aceitos do que outros. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (Woodward, 2014: 19).

Partindo disso, a identidade romana estava em construção inclusive, e talvez ainda mais, durante o século VEC, pois havia uma multiplicidade de influências culturais que impossibilitava uma construção única do que era ser romano. Por isso a identidade romana pôde ser construída a partir da visão de vários escritores que a definia de acordo com o meio que estava inserido naquela sociedade. Ao mesmo tempo, as identidades que se formavam naquele contexto não se separavam completamente, mas completavam-se mesmo com pontos distintos. As identidades romanas podiam se formar não somente no interior das elites, mas tendia também a formar-se a partir das convivências em espaços públicos, onde articulavam-se as relações de poder, que, por sua vez moldavam-se com as relações

cotidianas que ocorriam no interior das estruturas sociais, com negociações entre os administradores e povo do Império. Ser romano podia ser compreendido também a partir de cada província, pois cada uma tinha seus costumes e práticas. Devido a extensão territorial no período do recorte cronológico desta pesquisa, século V EC, o Império compreendia-se em uma multiplicidade de povos e etnias com diferentes culturas. Entretanto, a concepção de romano dependia também dos valores e tradições emanadas pelas cidades mais importantes do Império. Por isso, não havia um conceito pronto e acabado para definir o que era ser romano no contexto dos séculos IV e V EC, porque as comunidades romanas eram fragmentadas, sendo que nenhuma possuía o monopólio da identidade romana.

Percebemos que Agostinho teve uma considerável carga intelectual, uma vez que carregava várias leituras e influências de intelectuais anteriores a ele, como Platão (427-347 EC.) e também de seu contemporâneo, Ambrósio de Milão (340-397 EC). Ainda, era um crítico profundo e não tolerava atitudes que fossem contra as escrituras, prova disso era a quantidade de cartas que escreveu sobre ética e moral cristãs, destinadas a membros do clero romano, com o intuito de catequizar, pregar e expor a doutrina cristã nicena. O carisma e a habilidade de articular ideias e falar ao público tornava-o especial ao cristianismo, uma vez que Agostinho encontrava dificuldades para conversão de novos fiéis no norte da África, pois a própria população havia se voltado a outras religiões não cristãs aderindo aos cultos locais. Há ainda, teorias de que as perseguições feitas aos donatistas na região norte-africana, pelo Comes Macário, durante parte do século IV EC, tenham contribuído para a dificuldade de fixação do cristianismo, como afirma Paulo Vinícius Figueiredo dos Santos (2012). Agostinho, ao mesmo tempo que representava uma possibilidade de expansão do cristianismo niceno, também se mostrava como uma ameaça, pois havia uma preocupação das populações norte-africanas de “latinizar-se”, já que uma conversão ao cristianismo significava uma romanização e, com isso, essas comunidades, como Hipona, perderia parte de suas identidades culturais, por isso, muitas vezes, as pessoas optavam por cultos locais, fazendo com que o cristianismo não adentrasse profundamente na vida dos nativos, mas apenas superficialmente.

As ações praticadas pelo Bispo contribuíam para a conquista de *ambitio* (prestígio e apoio) entre as elites locais. O apoio desses proprietários de terra, dado a Agostinho, permitiram que ele justificasse as perseguições feitas contra os maniqueístas presentes na diocese que atuava como Bispo. E com seu perfil carismático, conseguia, também a admiração dos mais desfavorecidos economicamente.

O pensamento de Agostinho estava de acordo com aqueles da sociedade a qual pertencia, tudo que ele propunha para aquelas pessoas ia de acordo com o que acontecia em seu entorno e as discussões que estavam postas naquele período sobre os mais variados assuntos. Diante da situação e posição social em que ele se encontrava, é perceptível a forma que ele utilizou seus discursos. Sua forma de pensar e de escrever estão muito voltados para as questões da moral colocadas em seu contexto, o que mais tarde tornaria

tradicionais para a aristocracia. Assim como outros bispos escritores dos séculos IV e V, Agostinho foi influenciado pelos pensamentos neoplatônicos e retórica clássica.

Agostinho escreveu, ao longo de sua vida, uma pluralidade de obras, tratados e cartas. Seus escritos geralmente se relacionavam com problemáticas da época que circundavam a sociedade. Como parte do clero, ele foi um dos responsáveis por auxiliar as pessoas a encontrarem respostas para seus questionamentos e possíveis caminhos para alcançar a plenitude eterna. Dentre suas obras, algumas ganharam visibilidade ao longo da história, uma delas é a obra *Confissões*, escrita entre 397 e 400 EC, organizada em 14 capítulos. Nela o autor relata dados autobiográficos, como sua infância, seus irmãos, seu pai e mãe. Sobre Mônica e sua mãe a qual ele descreve com afeição, demonstrando a influência e importância desta em sua vida e em seu processo de conversão ao cristianismo. Ele escreve, ainda, sobre momentos antes da conversão ao cristianismo, da sua adolescência e paixões, sua aproximação ao Maniqueísmo e outras vertentes filosóficas. Através de *Confissões* conseguimos compreender a vida de Agostinho de Hipona e parte da sua trajetória.

O final do século IV EC e início do século V EC foram marcados pela busca da afirmação da identidade cristã na sociedade romana e, para isso, os Bispos, considerados Padres da Igreja, foram cruciais para esse processo cultural e para repensar a identidade religiosa do cristianismo niceno, naquele momento. O martírio era uma das principais características do cristianismo, no Ocidente, porém a virgindade consagrada é que se apresentou como um elemento para representação da identidade cristã. Assim, a obra *Dos Bens do Matrimônio*, em análise nesta apresentação consiste em uma única síntese dedicada ao tema matrimônio em toda Patrística, escrito entre os anos 401 e 412 EC, como resposta a uma polêmica levantada na época em torno da virgindade e do matrimônio, sendo questionado qual dos dois estados seria mais vantajoso ao ser humano, levando-os a ter uma virtude maior sobre os demais.

Na contemporaneidade, o matrimônio é entendido como uma relação de amor, na qual o objetivo principal seria a constituição de uma família, entretanto as relações e composições familiares não são mais de dependência como nos séculos passados. O século XXI se apresentou com novas formas de se relacionar e constituir famílias. Está ocorrendo uma individualização da família, no qual os interesses não são mais de coletivo e sim de singularidade. As relações sexuais não tem mais como principal objetivo a procriação, como vimos ocorrer ao longo da história da humanidade.

Os matrimônios libertaram-se de um de seus principais objetivos das gerações passadas, o da reprodução. As relações tornaram-se livres, fluidas e abertas atendendo aos mais variados tipos de vida. Para atender as necessidades das relações, hoje assistimos a uma série delas, dos mais variados modelos, para além da monogamia e poligamia que eram as mais comuns em sociedades ocidentais e orientais. Logo, o matrimônio e a sexualidade libertaram-se, por completo, das exigências de reprodução, graças à difusão

dos novos estilos de relacionamentos e meios modernos de contracepção. Eles tornaram-se algo que se cultiva, que tem relação com os valores e projetos de cada um, que compõe as identidades, não mais uma norma coletiva predeterminada. O que era considerado perversão, pretensamente “anormal” aos olhos do público, foi descrito, analisado e virou “ciência” alimentada por textos e debates: a sexologia. No tratado dos Bens do matrimônio Agostinho pensa o conceito de matrimônio, como a ideia de que, matrimônio vem de mater, mãe, pois o objetivo seria conduzir uma mulher as núpcias e torná-la mãe. No entanto, esse conceito não era exclusivo de Agostinho, tão somente entre apenas cristãos, observamos que a concepção monogâmica do matrimônio com finalidade de gerar filhos, encontrava-se também entre tradições não cristãs. Entre as sociedades pagãs, o casamento era entendido como uma perfeita comunhão de vida, partilha recíproca tanto das fadigas da existência, quanto da comunhão de bens materiais. Todavia, em ambas tradições cristãs e não cristãs, na época de Agostinho, o casamento viria com um elemento fundamental, o de comunhão de vida e geração de filhos.

Para Agostinho, no matrimônio, o homem e a mulher se unem como um só, eles se juntam para viverem juntos, de modo que nenhum deles tem seu individual, nem mesmo o corpo, pois mediante a união conjugal é que se nasce uma vida. Entretanto, esse tipo de relação, voltada somente para procriação, estaria fadada ao fracasso, porque o mais importante de um matrimônio é a comunhão na qual o marido e esposa cuidem um do outro, na saúde e na doença. Então ainda na concepção do Bispo, o casamento deve vir com o desejo, sobretudo, de união de vida, seguido pela procriação de filhos.

Em suas palavras:

O essencial do matrimônio, seu ponto culminante, estaria nos laços afetivos e na comunhão de vida entre os esposos e não no ato da procriação: mas no matrimônio deve haver inteira convivência e recíproco cuidado do marido e da mulher, e na boa saúde e na doença e em toda ocasião, e por desejo de tal afeto, não menos que por aquele da prole, vai à núpcias cada um dos cônjuges. A união matrimonial se configura, portanto, como a maior e mais profunda comunhão e partilha que possa existir na vida humana (AGOSTINHO, Dos Bens do Matrimônio, 401 EC., Tradução de RABANAL, 2000: 14).

No período compreendido, a união conjugal não era apenas uma realidade jurídica, mas também um fenômeno social fundamental para continuidade da sociedade. Contudo, em uma proposta contrária a de Agostinho, alguns padres influenciados pelo gnosticismo tinham uma visão negativa do casamento e propunham sua rejeição. O gnosticismo defendia que o matrimônio e o coito serviam apenas para colocar um número maior de almas na prisão do corpo e por isso, recomendava-se a abstinência completa da relação conjugal. Agostinho, por sua vez, se propôs a defender o matrimônio no seu tratado. Para tal, ele não o desqualifica colocando a virgindade como superior, mas buscava defender que o matrimônio era vantajoso em relação à virgindade. O Bispo classificou os bens do matrimônio em três itens, sendo eles: o Bem da prole ou Bem da fecundidade, o Bem

da fidelidade recíproca e o Bem da indissolubilidade, que relacionavam-se a ideia de virgindade proposta.

Daremos enfoque nesta apresentação, ao Bem da Prole ou da Fecundidade, já que este estava relacionado as questões do matrimônio e a virgindade, nos possibilitando compreender como ambos elementos estavam relacionados na proposta de Agostinho com seu projeto ideal de identidade cristã nicena. O Bem da Prole, entendido na concepção Agostiniana como a finalidade principal do matrimônio, a de procriação. A defesa deste bem estava relacionada a leis romanas, do Imperador Augusto (27 AEC.14 EC) que visavam aumentar as taxas de natalidade dentro do Império. Com efeito, Agostinho ao propor o Bem da fecundidade, apontava que dentro do matrimônio garantia a imortalidade através da sucessão das gerações. Ao propor essa ideia, Agostinho defendia ainda aos interesses do Poder Central, já que havia leis e medidas tomadas por este para aumento populacional dos romanos. Assim, o conjunto de práticas propostos atendia aos interesses do Império e também do cristianismo niceno.

Portanto, entendemos que dentro dos dogmas da igreja no contexto e sociedade de Agostinho as relações sexuais eram condenadas como pecaminosas, mas ao serem justificadas através da necessidade de procriação através do casamento, elas validavam-se. Desse modo, a virgindade aparece como um novo conceito proposto pelo Bispo Hiponense, a de estado de espírito e não corporal, que deveria ser alcançado para ser o verdadeiro cristão romano e mais do que ser o verdadeiro cristão romano, ser o cristão romano niceno.

Finalmente, compreendemos que Agostinho buscou traçar, por meio do matrimônio aliada a virgindade, uma identidade ao cristianismo niceno que fosse aceita pela sociedade. Ele defendeu seu discurso reconhecendo-o como positivo, ao definir o matrimônio como um remédio para a alma. No Ocidente as ideias do Bispo de Hipona foram aceitas e até utilizadas como fundamento para a doutrina da Igreja, que mais tarde, durante a Idade Média, tornou-se Sacramento da Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Dos Bens do Matrimônio A Santa Virgindade Dos Bens da Viuvez: Cartas a Proba e a Juliana**. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 2007.

CAINELLI, Marlene Rosa; FUNARI, P.P.A. Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. **História e Ensino**, Londrina, v. 02, p. 139-140, 1996.

CLEMENTE, R.W. História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas. **Cadernos Unifoa**, Volta Redonda, v.6, n.16, p.45–50, 2017. DOI:10.47385/cadaunifoa.v.6.n16.1057. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/1057>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CORREIA, Joana P. Pereira. **O discurso anti-maniqueu de Agostinho de Hipona Construção da identidade cristã**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória 2014.

COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho de Hipona e os discursos ascéticos e de gênero nos Tratados de Bono Conjugali e de Sancta Virginitate. Tema Livre, v.4. Edição n.3 p.72-90, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FIGUINHA, Matheus Coutinho. **Ortodoxia e poderna África romana: Santo Agostinho, ascetismo e finais do século I Veinícios do século V**. Dissertação [Mestrado], Biblioteca Central da Unicamp, 2006.

FIGHETTO, Renan. Política e poderna Antiguidade Tardia: Uma abordagem possível. **História Revista**, n.1 Goiânia, v.11, p.161-177, Jan./Jun.2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2002, p.80-85.

GONÇALVES, José Mário. **Entre táticas e estratégias: tolerância e intolerância religiosa no epistolário de Agostinho de Hipona (390-430)**. Tese [Doutorado], Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

LIMANETO, Belchior. **Bandidos e elites citadinas na África Romana: Um estudo sobre a formação de estigmas com base na metamorfose de Apuleio de Madaura (século II)**. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

LIMA, Bruno Soares. **Relações Políticas e tradição romana retórica empregada por Agostinho na obra De Civitate Dei (412-426)**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

MAIA, Waleska Souto. **Aporias em Agostinho: de Tagaste à Hipona**. SIMPÓSIO XXIX DE HISTÓRIA NACIONAL – ANPUH. Brasília, julho, 2017.

MARCO, Flávia de Moreno. **Construções discursivas de virgindade como dispositivo de controle de corpos e desejos femininos**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

STEINWASCHERNETO, Helmut. **A procriação e o interesse da república: uma análise das leis matrimoniais de Augusto**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PAPA, Helena Amália. **A auto afirmação de um Bispo: Gregório de Nissa e sua visão condenatória aos Eunomianos (360-394 d.C)**. Tese (Doutorado), Franca, 2014.

PAPA, Helena Amália. Considerações historiográficas acerca das culturas política e as práticas político-religiosas da antiguidade tardia. In: FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Margarida Maria de; JOSÉ, Natália Frazão. (Orgs.) **Diversidades epistemológicas: A teoria aplicada à pesquisa histórica**. Curitiba, SP: Prismas, p. 133-149, 2016.

PAPA, Helena Amália. **Relações De Poder Entre Bispo E Imperador: uma proposta Interpretativa acerca da oficialização do cristianismo a partir de Gregório de Nissa e Teodósio I (século IV)**. **História (São Paulo)**, vol. 35, p. 1-16, 2016.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, p. 13-27, 2002.

PIMENTEL, Maria Emília Helmer. **Agostinho de Hipona**: O matrimônio, o sexo e a privação do prazer. CADERNO DE ANAIS, Universidade Federal do Espírito Santo, p.160-169. RÉMOND, René. Por uma História Política. Tradução: Dora Rocha. 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 9-37.

SANTOS, Paulo Vinícius. As múltiplas faces de Agostinho. ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Paulo Vinícius. **A ideia de guerra justa no contra Fausto Manichae de Agostinho de Hipona (354-430)**. Dissertação [Mestrado], Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2012.

VELOSO, Wendell dos Reis. **Humanidade e sexualidade na proposta de identidade cristã de Agostinho de Hipona em Confissões**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.